

**REUNIÃO  
DO  
EXECUTIVO**

**MANDATO 2013-2017  
ATA N.º 4  
DE 23-02-2015**

**ATA N.º 4**  
**Mandato 2013-2017**

**Data da reunião ordinária: 23-02-2015**

**Local da reunião:** Sala das reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15:20 horas

**Términus da reunião:** 17:00 horas

**Resumo diário da tesouraria:** 20/02/2015.....2.505.539,60 €

**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves

**Vereadores:** Idália Maria Marques Salvador Serrão

Susana Cristina Coelho da Silva Pita Soares

António José da Piedade do Carmo

Luís Manuel Sousa Farinha

Ricardo Jorge Figueiredo Segurado

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes

Maria Inês Leiria Barroso Ferreira Lopes

Otilia Margarida Jacinta Torres

**Responsável pela elaboração da ata:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Coordenadora Técnica

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

-----**ABERTURA DA ATA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram quinze horas e vinte minutos, dando início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- **Senhora Vereadora Otilia Torres** – Disse que estando a decorrer a obra do Centro Escolar do Sacapeito que deve estar a poucos meses de ser concluída tem verificado que na envolvente viária e nos acessos ao Centro nada está a ser feito. Assim, solicitou informação sobre os preparativos previstos para o trânsito que irá sobrecarregar toda aquela zona, os tipos de circulação e estacionamento e para quando os arranjos dos acessos circundantes, seja na via que passa por trás da Casa do Campino seja nas laterais. Considera que abrir o Centro Escolar sem a envolvente de circulação e de estacionamento estar cuidada irá gerar um grande caos nessa área. -----

--- **Senhor Vereador António Carmo – Um** – Solicitou informação sobre a data para a intervenção prevista na estrada junto ao E. Leclerc. -----

--- **Dois** – Declarou que enquanto não se aperceber das novas viaturas para a recolha do lixo na rua, de novos funcionários, que não os que são provenientes do IEFPP - Instituto do Emprego e Formação Profissional através dos mecanismos apropriados que levam os desempregados a ter que trabalhar nos serviços da administração central e local, enquanto não se aperceber dessa tomada de posição da Câmara Municipal, não deixará de, nas reuniões de Executivo, no período antes da ordem do dia fazer sempre uma chamada de atenção sobre a questão do lixo. -----

--- A este propósito, agradeceu à comunicação social o destaque que foi dado a esta intervenção que é de facto preocupante no município. Afirmou que, efetivamente, o que quer é que os espaços onde o lixo é colocado sejam objeto de limpeza assim como os contentores. Salientou que a limpeza do espaço é um trabalho acrescido à necessária limpeza dos contentores e quando a recolha não é feita naturalmente que o espaço ficará sempre muito mais sujo porque as pessoas têm que colocar sacos de lixo no chão junto aos contentores pelo que, em sua opinião, há um agravamento por incapacidade de gestão desta autarquia.-----

--- Senhor **Vereador Ricardo Segurado – Um** - Disse que, em conversa com o empresário scalabitano Paulo Costa, dono da Livraria Costa, uma livraria carregada de história, que investiu na expectativa de oferecer uma melhoria de condições à cidade esperando que, de certa forma a cidade acompanhasse esse investimento que fez não só na parte inferior que alberga a livraria, mas também nos dois andares superiores, se sentiu frustrado, não enquanto vereador mas enquanto cidadão, pelo desânimo com que aquele empresário hoje vê o estado em que está a cidade, realçando que da sua geração já quase não há pessoas a circular na cidade.-----

--- Disse que tem vindo a constatar que, efetivamente há um conjunto de gerações que se afastaram totalmente da cidade. Comentou que o mesmo empresário apontou como má medida o facto do edifício do antigo matadouro ir servir para albergar um conjunto de serviços enquanto Loja do Cidadão tendo questionado porque é que não foi criada uma loja do cidadão no Centro Histórico. -----

--- Disse não ter respondido ao munícipe mas considera que é uma opção a ter em conta no futuro e, se existir a possibilidade de albergar serviços em algum edifício no centro histórico seria uma forma de atrair pessoas para o local. No entanto, disse não estar em causa a reabilitação realizada no matadouro com a qual se congratula. -----

--- **Dois** – Aludiu ao projeto de instalação de uma incubadora de empresas na Escola Prática de Cavalaria, em candidatura liderada pelo NERSANT – Associação Empresarial da Região de Santarém questionando se existe informação sobre a forma como está a decorrer esse protocolo, como estão a decorrer as obras, se de facto estão a ser cumpridos os prazos legais que são extremamente apertados para a conclusão dessa obra e saber se não há nenhum risco de haver algum problema quanto à execução e quanto a essa edificação. -----

--- Recordou que, como é público, os vereadores do Partido Socialista sempre foram contra o facto da Escola Prática servir para albergar um serviço desta natureza, e em sua opinião, o mesmo foi anunciado de forma muito embrionária, ao contrário do que aconteceu, por exemplo em Almeirim onde existiu um processo diferente, tendo havido primeiro uma negociação com o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, de acordo com

aquilo que foi tornado público recentemente e irá avançar com uma lógica de incubadora com uma ligação direta a uma instituição do ensino de referência. -----

--- Prosseguiu afirmando que, comparativamente, desconhece se existe algum protocolo definido que envolva o Instituto Politécnico de Santarém para além do NERSANT e da Câmara Municipal de Santarém e portanto não pode realçar essa diferença de posições. Salientou ainda que Almeirim, inclusive, já tem o CDOS - Comando Distrital de Operações de Socorro que, em sua opinião, poderia e deveria ter ido para Santarém enquanto capital de distrito e não foi, e também a CDR Tejo - Tratamento de Resíduos do Médio Tejo S.A e por isso, sendo bom que numa fase de crise como se atravessa haja incubadoras de empresas, afirmou não poder deixar de notar que há aqui uma forma muito diferente de encarar os problemas. -----

--- **Três** - Verificou que foram feitas obras no Palácio Landal e que abriu um restaurante, questionando se aquela obra foi objeto de concurso público, quem é que geriu esse mesmo concurso, se as obras que foram executadas no rés-do-chão o foram por conta da câmara ou da Viver Santarém ou ainda da entidade que hoje explora o espaço, questionando também por quantos anos é que decorrerá esse direito à exploração do espaço. -----

--- **Quatro** - Quanto ao Complexo Aquático, e uma vez que há lá exploração de serviços de restauração, questionou se existiu algum concurso público para tal exploração, se existe contrato de concessão e até quando decorre. -----

--- **Senhora Vereadora Idália Serrão – Um** – A propósito de uma intervenção que teria havido no final da última reunião de Câmara, de uma senhora com um processo na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens e uma eventual atribuição de uma habitação social perguntou qual o ponto da situação. -----

--- **Dois** – Disse ainda não ter recebido o estudo prévio de mobilidade da estrada da estação, afirmando que o mesmo lhe permitirá tentar perceber as inconsistências e desfasamentos que considera que existem entre as intervenções dos diferentes agentes, nomeadamente a CP - Comboios de Portugal, E.P.E., a A.S. - Empresa das Águas de Santarém - EM, S.A., a Câmara Municipal, os fluxos de tráfego. Continuou defendendo

que este estudo permitirá tentar perceber porque é que o tráfego, em horas de maior movimento na estação, fica completamente bloqueado, porque é que na esquina antes da passagem de nível não se cruzam dois autocarros, porque é que os autocarros têm grande dificuldade em inverter a marcha junto da estação e muitas vezes têm que seguir em frente até à rotunda do Parisal ou então à Ribeira de Santarém, e tentar perceber também a questão do estacionamento que considera que é uma questão crítica, uma vez que deixou de haver estacionamento do lado da estação e o parque que se situa do lado de lá da linha não é seguro, o parque do lado de cá tem tarifa diária, mas independentemente disso, tem um horário que não satisfaz os utentes, e portanto é este estudo de mobilidade que pode dar resposta a estas questões. -----

--- **Três** – Chamou a atenção para o facto de, na curva em frente aos correios haver um abatimento de solo já há bastante tempo devendo ser reparado.-----

--- **Quatro** - Disse ter assistido à queda de uma senhora, quando ia a atravessar a passadeira entre o Centro Comercial e a Rua do Arco dos Mansos tendo-se apercebido que em redor das tampas dos diferentes fornecedores de serviços que estão no centro daquela passadeira existem buracos que não estão rematados. Na ocasião outra testemunha disse que já não era a primeira pessoa a cair ali pelo que, em seu entender estes problemas deviam ser resolvidos. -----

--- **Cinco** – Disse ter tido conhecimento de que a A.S. - Empresa das Águas de Santarém - EM, S.A. tem nova diretora financeira e administrativa. A este propósito disse não se ter apercebido que tivesse sido discutida qualquer admissão em reunião do executivo e manifestou a sua preocupação por este ato de gestão. Perguntou se efetivamente houve algum procedimento para admissão da senhora que está na referida empresa, qual é a sua formação académica, se tem experiência em gestão e qual é o encargo financeiro para a autarquia. -----

--- **Seis** – Considerou que o senhor Presidente andou cerca de dois meses a adiar a discussão sobre as barreiras de Santarém. -----

--- Estando consciente do problema que as barreiras de Santarém representam não só para a cidade como para o distrito como também para a própria economia nacional,

relembrou uma vez mais, que se um dia as barreiras vierem abaixo e se interferirem com a linha do norte, independentemente de todos os prejuízos que possam ser causados a pessoas e bens, causam graves entraves à economia nacional porque é pela linha do norte que se faz o tráfego de mercadorias que é assinalável. -----

--- Referiu que há cerca de semana e meia quando o senhor Ministro foi à Comissão de Ambiente Ordenamento do Território e Poder Local à Assembleia da República, foi questionado pelo Partido “Os Verdes” pelo facto de ainda não ter vindo a Santarém visitar as encostas conforme o senhor presidente tinha garantido que viria. Disse ter pelo senhor Ministro Moreira da Silva bastante apreço, e, apesar de discordar das suas decisões em muitas matérias, reconhece-lhe objetividade e um grande conhecimento sobre as áreas que tutela o que, em sua opinião, nem sempre acontece neste governo. Referiu ter dito ao senhor Ministro, informalmente, “nem parece seu senhor Ministro, disse que ia a Santarém até ao final do mês de janeiro e afinal já vamos quase a meio de fevereiro e o senhor ainda não foi a Santarém” tendo o senhor Ministro respondido que nunca esteve previsto vir a Santarém porque ele sabe exatamente qual é a situação das barreiras de Santarém. -----

--- Disse ter ficado chocada pelo facto de, na sua opinião, o senhor Presidente ter andado a empatar os vereadores durante dois meses, questionando sobre qual o propósito desta atitude. -----

--- Prosseguiu referindo que precisa de entender o que é que se passou e porque é que o senhor Presidente andou a empatar o assunto durante este tempo, assim como gostava de saber se, depois das declarações do senhor Ministro Moreira da Silva, o senhor Presidente voltou a falar sobre este assunto e se está alguma coisa prevista. -----

--- Senhora Vereadora **Susana Pita Soares** – Informou que a situação da senhora Sandra Heitor tem sido acompanhada pelos técnicos no que toca à questão da habitação, informando que recebeu documento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que carecem de reunião presencial para esclarecimento de alguns elementos e portanto prestará depois dessa reunião os esclarecimentos convenientes. -----

--- Senhor Vereador **Madeira Lopes** – Um - Referiu que a Junta de Freguesia da Póvoa

ATA N.º 4  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 23 de fevereiro de 2015

da Isenta avançou com as obras no mercado, tendo já sido colocada a cobertura. Perguntou como está o processo do pagamento e de atribuição de verbas e quando se prevê que haja a transferência de verbas para a Junta. -----

--- **Dois** – Referiu que o monumento ao Salgueiro Maia foi vandalizado e perguntou se há alguma informação policial relativamente aos culpados e se, por outro lado, já se pensou em repor o que lá estava, uma vez que brevemente se realizam as comemorações oficiais do Vinte e Cinco de Abril. -----

--- **Três** – Disse que a abertura do Centro Escolar do Sacapeito está prevista ocorrer no início do próximo ano letivo, não sabendo, todavia, se o andamento da obra permitirá neste momento confirmar essa abertura. Referiu também que há informações de que a escola de São Salvador vai ser encerrada. A este propósito disse ter conhecimento que esta escola sofreu obras no início deste ano letivo custeadas pela junta de freguesia e pelos pais. Questionou se quando a junta e os pais procederam à intervenção naquela escola já se sabia que a escola iria encerrar no final do presente ano letivo e se se confirma que a escola de Salvador, efetivamente, vai encerrar por completo ou se vai manter ali alguma valência de algum tipo. Questionou também se está previsto o encerramento de mais algum estabelecimento escolar com concentração dos alunos no Centro Escolar do Sacapeito. -----

--- **Quatro** – Aludiu a uma denúncia de aparente avaria na rede de esgotos da empresa municipal Águas de Santarém na zona da Portela das Padeiras junto a um prédio particular que diz que o coletor a jusante daquele local estará entupido o que faz com que a água saia naquele ponto, ou seja na fronteira com o terreno do município que se queixa e depois vai para uma vala de drenagem natural e acaba por entrar nas linhas de água e na rede hídrica do concelho. Referiu que esta questão terá sido levantada em nove de janeiro e questionou se o problema já foi identificado e se já foi tomada alguma medida no sentido de ser resolvido. -----

--- **Cinco** – Chamou de novo a atenção para a necessidade de colocação de um sinal de trânsito na Ponte do Celeiro, que foi arrancado. -----

--- **Seis** – Disse ter reparado que está agendado para a próxima Assembleia Municipal a



emissão de parecer sobre a proposta de lei apresentada pelo Partido Socialista relativamente aos limites das freguesias de Pernes, São Vicente do Paúl e Vale de Figueira. Perguntou se esta questão não deveria também vir a reunião de Câmara para se perceber qual é que tem sido o papel da Câmara, que diligências têm sido tomadas no sentido de tentar dialogar com as partes envolvidas e ajudar a criar pontes e a não agudizar o conflito e qual é que é a opinião da Câmara relativamente a este processo que na sua opinião é importante para todos, -----

--- **Senhor Vereador Luís Farinha** – Sublinhou o facto de estar a ocorrer neste momento o projeto Cátedras em Santarém. Disse ser um espaço de investigação e encontro de arquitetura luso-espanhola que compatibiliza de alguma forma o trabalho de estudantes com sessões críticas e encontros profissionais procurando conciliar a atividade académica com preocupações urbanas concretas no contexto da cidade, tendo a cidade de Santarém sido escolhida para esta edição e hoje e amanhã estão sessenta alunos e dez docentes a acompanhar esses mesmos alunos num programa que inclui conferências, debates sobre a cidade. Salientou que as áreas escolhidas para o desenvolvimento desses mesmos trabalhos, são a Escola Prática de Cavalaria, o campo da feira e o centro histórico, porque no estudo que os organizadores fizeram, em articulação com a Câmara se concluiu que estes dois espaços são expectantes, que carecem de reflexão e intervenção e que podem de algum modo também contribuir para a regeneração do centro histórico. Assim, os trabalhos in loco vão acontecer durante estes dois dias, hoje um desenvolvimento mais teórico, amanhã um desenvolvimento mais prático. O programa inclui sobretudo visitas a estes três espaços e durante o próximo semestre estes mesmos alunos irão estudar e desenvolver as suas propostas e, no final do semestre, entre julho e setembro virão apresentar as propostas que vierem a concretizar. -----

--- Considerou que esta é uma oportunidade para lançar o debate sobre áreas críticas, como o Centro Histórico que, tal como o senhor Vereador Ricardo Segurado referiu, é de facto uma área que não é fácil de intervenção, com muitos problemas, e só se resolve com o envolvimento de todos. Sublinhou que o empresário referido pelo senhor

Vereador Ricardo Segurado fez um grande investimento e na sua opinião constitui um exemplo que tem que ser seguido por muitos mais porque o trabalho não se esgota exclusivamente no Município. -----

--- Senhora Vereadora **Susana Pita Soares** – Em resposta ao senhor Vereador António Carmo informou que se obteve na passada quinta-feira autorização da Secretaria de Estado para a abertura do procedimento concursal para recrutar onze assistentes operacionais. -----

--- Aproveitou para esclarecer que, na sequência das alterações que foram efetuadas no mapa de pessoal, veio a público que estava aberto procedimento concursal para outros lugares, todavia foi apenas uma alteração ao mapa de pessoal e nesta primeira fase vai-se apenas abrir procedimento concursal para os onze assistentes operacionais por se considerar que é efetivamente uma área que está carecida porque no seu entender os trabalhadores ocupacionais têm que ter um caráter transitório e não podem ser vistos como um posto de trabalho efetivo e as soluções de qualquer organismo, nomeadamente da Câmara, não podem nunca assentar nessa participação dos trabalhadores que são enviados pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional. -----

--- **Senhor Vereador Luís Farinha** – Respondendo ao senhor Vereador António Carmo sobre a intervenção em frente ao E.Leclerc informou que os técnicos após análise da solução consideraram que a mesma tinha que ser revista e, neste momento aguarda-se parecer para se poder vir a implementá-la. Disse ter sido necessário articular a solução com o E.Leclerc. -----

--- **Senhor Presidente** – Informou que o Centro Escolar do Sacapeito estará em condições de abertura no próximo ano letivo. Disse já ter sido feita uma visita com o Agrupamento Ginestal Machado para se ver o andamento da obra e para que os senhores professores possam começar a programar a abertura do próximo ano. Está a ser feito um estudo da envolvente, esperando-se ter a possibilidade de o implementar até à abertura do ano letivo. Disse ainda que se está a tentar que a zona envolvente possa ser enquadrada em fundos comunitários no âmbito da reabilitação urbana. -----

--- No âmbito dos recursos humanos referiu que com a abertura do concurso para

assistentes operacionais a necessidade de recorrer a pessoas junto do Instituto de Emprego e Formação Profissional será menor. Com esta autorização da Direção Geral das Autarquias Locais e conseqüentemente do senhor Secretário de Estado a Câmara vai poder contratar onze trabalhadores, dos quais seis para a recolha, dois coveiros, dois motoristas e um motorista para transporte de crianças.-----

--- Salientou que, além da Livraria Costa referida pelo senhor Vereador Ricardo Segurado, foram realizados outros investimentos por parte de privados no centro histórico, nomeadamente, na clinica da Dr.ª Clotilde Puga que fez uma recuperação que esteve nos *sites* de arquitetura como das melhores recuperações em centros históricos no ano de dois mil e treze, assim como uma perfumaria que foi recuperada recentemente. --

--- Lembrou também a recuperação do Palácio Landal realizada pelo Município.-----

--- Informou que no dia vinte e oito de março, Dia dos Centros Históricos, vai ser feita a apresentação pública de uma série de medidas para o centro histórico de Santarém. -----

--- Sobre a questão da incubadora protocolada com o NERSANT disse estar a decorrer a obra.-----

--- Ainda em relação ao Palácio Landal informou que o concurso decorreu pela VIVER Santarém há cerca de um ano.-----

--- Relativamente ao Complexo Aquático informou que estava prevista uma renovação por mais três anos tendo sido renovado em dois mil e treze. -----

-- Em relação à estação de caminhos-de-ferro e às questões levantadas pela senhora Vereadora Idália Moniz na última reunião disse que o senhor Vereador Luís Farinha as colocou à Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE, aguardando-se a resposta. -----

--- Sobre a questão do estudo de mobilidade disse que fará chegar o que houver sobre essa matéria. -----

--- Disse estar a ser feita a ligação pedonal da estação ao parque de estacionamento.-----

-- Em relação à falta de segurança do parque referiu que o Município e a Junta de Freguesia já alertaram a Polícia de Segurança Pública sobre esta matéria e foi feito um reforço de iluminação. Informou que há cerca de dois meses, com o senhor Vereador Luís Farinha manteve uma reunião com a Polícia de Segurança Pública exclusivamente

**ATA N.º 4**  
**Mandato 2013-2017**  
**Reunião de 23 de fevereiro de 2015**

sobre esta matéria no sentido de solicitar um reforço de segurança. -----

--- No que se refere à reunião com o senhor Ministro disse manter o que disse anteriormente a este propósito, acrescentando que este assunto é importante demais e que o que quer é que o mesmo seja resolvido. Recordou que nessa mesma reunião o senhor Ministro disse que ficava a tutelar este processo. -----

--- Disse querer que a solução apareça o mais rapidamente possível porque não quer que a mesma seja confundida com questões eleitoralistas ou com qualquer outra matéria. Declarou querer este processo resolvido o mais rapidamente possível porque traz constrangimentos ao concelho, traz problemas de segurança que são preocupantes. Disse não ser uma solução simples e recordou que já em dezembro de dois mil e doze, na altura em que José Sócrates era Primeiro-ministro também foi dito que a solução estava para breve e que iria haver uma nova linha, o que não se veio a concretizar. Lamentou que ainda não tenha havido uma solução mas espera que essa solução apareça o mais rapidamente possível. Referiu que efetivamente há uma série de incongruências no que o senhor Ministro disse em relação às informações de que dispõe, todavia não vai fazer mais comentários sobre esse assunto pois o que quer é uma solução rápida para esta questão que a todos aflige a todos e que necessita de uma resolução urgente. -----

--- Informou ter mantido reuniões com as Juntas de Freguesia no sentido de reunir a documentação relacionada com obras desenvolvidas pelas mesmas, nomeadamente a intervenção efetuada no telhado do mercado da Póvoa da Isenta, pretendendo que todos esses processos sejam presentes em reunião em conjunto. -----

--- Confirmou que o Monumento ao Salgueiro Maia foi vandalizado. Comentou que tem havido diversos atos de vandalismo, designadamente o incêndio de uma série de contentores do lixo na união de freguesias da cidade, assim como a destruição e arranque de sinalização de trânsito e furto de espelhos. Sobre o roubo que ocorreu disse ter sido apresentada queixa à Polícia de Segurança Pública e comunicado à seguradora, esperando repor a placa através da seguradora antes do início das comemorações do Vinte e Cinco de Abril. -----

--- Referiu que na semana passada manteve uma reunião com o Presidente da Câmara de

Castelo de Vide, António Pita, onde solicitou a disponibilização da exposição de parte do espólio que detém de Salgueiro Maia, que no ano passado esteve patente na Assembleia da República, e que decorreu de uma forma excepcional. -----

--- Assim, agradeceu ao senhor Presidente da Câmara de Castelo de Vide a gentileza em disponibilizar esta exposição que no próximo mês de abril irá estar patente em Santarém.

--- Referiu que a abertura do Centro Escolar do Sacapeito vai, efetivamente, levar ao encerramento de escolas mas é um assunto que ainda não está completamente decidido.

--- **Senhor Vereador Ricardo Segurado** – Solicitou a documentação relativa aos procedimentos relativos à exploração dos espaços de restauração no Palácio Landal e no Complexo Aquático.-----

--- Findo o período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **DIVERSOS**-----

--- De **J. J. LOURO PEREIRA, S.A.**, com sede na Rua Dr. Carlos Nunes Ferreira, Amiais de Cima, freguesia de Abrã, deste município, apresentando pedido de licenciamento para construção de ATL, na Rua da Santíssima Trindade, freguesia da sua sede.-----

--- Pela **Divisão de Planeamento e Urbanismo** foi prestada a seguinte informação:-----

--- “O técnico apresentou parecer favorável do Instituto de Segurança Social. Das condições referidas no parecer da Unidade de Saúde Pública (constante do processo) salienta-se mais uma vez, por terem expressão no projeto de arquitetura, a retirada da cuba na despensa (ponto quatro) e a necessidade de a instalação sanitária da Loja Social ter condições de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada (ponto oito). Considera-se que estas alterações são de escassa relevância arquitetónica mas deverão ser consideradas em projeto de alterações a entregar em fase de especialidades.-----

--- Em virtude do falecimento do presidente do conselho de administração da firma requerente, deverá ser também apresentado novo registo comercial da firma e cópia do documento de identificação do presidente do conselho de administração ou

ATA N.º 4  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 23 de fevereiro de 2015

administrador delegado que irá assinar os futuros requerimentos. -----

--- Conforme referido na informação técnica de nove de dezembro de dois mil e catorze, verifica-se a desconformidade da pretensão com na alínea d) do número quatro do artigo setenta e dois do Regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal, visto as cores propostas excederam o máximo de duas. Contudo, face à qualidade arquitetónica da proposta apresentada e demais pareceres favoráveis, deixa-se à consideração superior a aprovação do pedido. -----

--- Mais se alerta para o facto de a eventual aprovação do equipamento estar sujeita a deliberação camarária, nos termos do número três do artigo setenta e dois do Regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal.” -----

--- Também pelo **Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo**, foi informado o seguinte: -----

--- “Considera-se que pode ser deferido o projeto de arquitetura, de acordo com informação técnica e nos termos do número um do artigo vinte do Decreto-Lei quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro alterado e republicado pelo Decreto-Lei cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, devendo atender-se às preocupações expedidas: -----

--- a) “*Em virtude do falecimento do presidente do conselho de administração da firma requerente, deverá ser também apresentado novo registo comercial da firma e cópia do documento de identificação do presidente do conselho de administração ou administrador delegado que irá assinar os futuros requerimentos.* -----

--- b) *Conforme referido na informação técnica de nove de dezembro de dois mil e catorze, verifica-se a desconformidade da pretensão com na alínea d) do número quatro do artigo setenta e dois do regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal, visto as cores propostas excederam o máximo de duas. Contudo, face à qualidade arquitetónica da proposta apresentada e demais pareceres favoráveis, deixa-se à consideração superior a aprovação do pedido.* -----

--- Proponho aqui considerar adequação em sede de realização da obra/telas finais. -----

--- Sujeito a deliberação camarária, nos termos do número três do artigo setenta e dois

- do Regulamento do PDM - Plano Diretor Municipal. -----
- O licenciamento final fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes do número cinco do artigo onze da Portaria duzentos e trinta e dois/dois mil e oito, de onze de Março.”-----
- Por último, pelo **Diretor do Departamento Técnico e Gestão Territorial**, foi também informado o seguinte: -----
- “Em face do parecer do Chefe da Divisão de Planeamento e Urbanismo, propõe-se o deferimento do projeto de arquitetura, de acordo com o previsto no número um do artigo vinte do Decreto-Lei número quinhentos e cinquenta e cinco/noventa e nove, de dezasseis de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei número cento e trinta e seis/dois mil e catorze, de nove de setembro, nos termos identificados. -----
- O licenciamento fica condicionado à apresentação e aprovação dos projetos das especialidades constantes do número cinco do artigo onze da Portaria número duzentos e trinta e dois/dois mil e oito, de onze de Março.” -----
- A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura em causa, de acordo com os pareceres técnicos atrás transcritos. -----
- **LICENCIAMENTOS DIVERSOS** -----
- Foram presentes os pedidos de licenciamento, a seguir indicados, para ratificação dos despachos do senhor Presidente da Câmara Municipal que isentaram do pagamento de taxas das licenças especial de ruído: -----
- De **AGRUPAMENTO DE DANÇAS E CANTARES DE PÓVOA DA ISENTA**, com sede na rua Movimento das Forças Armadas, freguesia de Póvoa da Isenta, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de baile de carnaval, no dia dezasseis de fevereiro de dois mil e quinze, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze). -----
- De **ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA CRUZ DE CRISTO ATLÉTICO CLUBE**, com sede na Rua Tenente Coronel Salgueiro Maia, número trinta e nove, freguesia de Póvoa da Isenta, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao

**ATA N.º 4**  
**Mandato 2013-2017**  
**Reunião de 23 de fevereiro de 2015**

pedido de licença de ruído para a realização de baile de carnaval, nos dias treze a quinze de fevereiro e dezassete de fevereiro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze).-----

--- De **ASSOCIAÇÃO PROGRESSO E RECREIO DO SECORIO**, com sede na Rua da Escola, número sessenta e seis, no lugar de Secorio, freguesia de Moçarria, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de baile de carnaval, nos dias catorze a dezassete de fevereiro, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze).-----

--- De **CRUZ DE CRISTO FUTEBOL CLUBE**, com sede na Estrada Nacional três, número cento e oito, Portela das Padeiras, União das Freguesias de Santarém, Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau, nesta cidade, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de bailes de carnaval, nos dias catorze a dezassete de fevereiro, no local da sua sede. – Ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze.

--- De **GRUPO DE DANÇAS E CANTARES RIBATEJANOS DE SANTARÉM**, com sede no Bairro Primeiro de Julho, lote três, rés-do-chão, União das Freguesias de Santarém, Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, S. Salvador e S. Nicolau, nesta cidade, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de venda de artesanato, no dia catorze de fevereiro de dois mil e quinze, na Avenida Bernardo Santareno, nesta cidade. – Ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze. -----

--- De **GRUPO DE DANÇAS E CANTARES RIBATEJANOS DE SANTARÉM**, com sede no Bairro Primeiro de Julho, lote três, rés-do-chão, União das Freguesias de Santarém, Marvila, Santa Iria da Ribeira de Santarém, São Salvador e São Nicolau, nesta cidade, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de festa de aniversário, no dia catorze de fevereiro de dois mil e quinze, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze). -----



--- De **SOCIEDADE DE RECREIO E EDUCATIVA DA ROMEIRA**, com sede na Rua Professor Artur do Carmo, União das Freguesias de Romeira e Várzea, deste município, apresentando pedido de isenção de taxas referente ao pedido de licença de ruído para a realização de bailes de carnaval, nos dias catorze a dezassete de fevereiro de dois mil e quinze, no local da sua sede (ratificação do despacho do senhor Presidente de treze de fevereiro de dois mil e quinze). -----

--- A Câmara deliberou por unanimidade, ratificar os despachos em causa, que isentaram do pagamento de taxas referentes à licença especial de ruído para realização das diversas atividades nos dias solicitados, nos termos do número três do artigo trinta e cinco, do anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de Setembro. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- **CEMITÉRIO DOS CAPUCHOS - EDITAL DE EXUMAÇÕES** -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar e mandar publicar o Edital tornando público que se vai proceder a exumações dos restos mortais dos falecidos sepultados no Cemitério dos Capuchos, dando-se o mesmo aqui por reproduzido, ficando cópia anexa à presente ata (documento I), dela fazendo parte integrante.-----

--- **RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS (PPRGCIC) DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM**-----

--- Pelo **Gabinete de Auditoria, Avaliação e Qualidade** foi presente a informação número um, de doze de fevereiro, que a seguir se transcreve:-----

--- “O Plano acima identificado foi aprovado a vinte de setembro de dois mil e treze pela Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Dando cumprimento à Recomendação número um/dois mil e dez do Conselho da Prevenção de Corrupção o PPRGCIC - Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas encontra-se publicado no sítio da Internet da Câmara Municipal. -----

--- Outras das recomendações do citado Conselho, a número um/dois mil e nove estipula a necessidade de elaborar o Relatório anual de execução do PPRGCIC. -----

--- Neste sentido, submete-se à consideração do senhor Presidente o presente Relatório referente ao ano de dois mil e catorze, o qual após eventual aprovação pelo Executivo Municipal deverá ser remetido ao Conselho de Prevenção de Corrupção, bem como aos órgãos de superintendência, tutela e controlo.” -----

--- A Câmara tomou conhecimento do relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGIC) da Câmara Municipal de Santarém, devendo o mesmo ser remetido às entidades referidas na informação atrás transcrita. -----

--- **ADENDA AO PROTOCOLO CELEBRADO COM O MINISTÉRIO DA CULTURA RELATIVO À UTILIZAÇÃO DA IGREJA E CLAUSTRO DO CONVENTO DE SÃO FRANCISCO** -----

--- Pela **Chefe do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara** foi presente a informação número setenta e cinco, de treze de fevereiro, do seguinte teor: -----

--- “No âmbito do Programa de Ação para os Municípios do Oeste e Lezíria do Tejo dois mil e oito-dois mil e dezassete, adotado pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros número cento e trinta e cinco/dois mil e oito, publicada no Diário da República de nove de setembro, foi acordada a possibilidade de cedência do Convento de São Francisco, em Santarém, à Câmara Municipal de Santarém; -----

--- Essa cedência ficou titulada por protocolo assinado entre o Ministério da Cultura e o Município de Santarém em vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, em anexo; -----

--- Assim, e considerando:-----

--- I. A disponibilidade e a vontade manifestados pela Câmara Municipal de Santarém em assegurar e dinamizar a fruição pública da Igreja e dos Claustros do extinto Convento de São Francisco, reconhecendo a sua importância para a cidade e valor cultural de significado para a Nação; -----

--- II. O investimento que tem vindo a ser realizado pela Câmara Municipal de Santarém em obras de conservação e benfeitorias neste espaço de elevado interesse arquitetónico e histórico, sede dos Franciscanos, berço do movimento gótico escalabitano; -----

--- III. A necessidade de promover e agilizar a fruição pública deste Monumento

Nacional, enquanto forma de divulgação e valorização do Património Arquitectónico Nacional, com especial expressão na cidade de Santarém.-----

--- Foi proposta à Secretaria de Estado da Cultura, a elaboração de adenda ao protocolo inicial, a qual já mereceu a concordância do senhor Secretário de Estado da Cultura.-----

--- Neste sentido, e caso a mesma mereça a concordância de V. Ex.<sup>a</sup>, propõe-se o agendamento da, já referida, minuta de adenda ao Protocolo, em anexo, para aprovação em reunião do executivo municipal.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os termos da Adenda ao Protocolo celebrado com o Ministério da Cultura relativo à utilização da igreja e Claustro do Convento de São Francisco, que se dá aqui por reproduzida, ficando anexa à presente ata (documento II), dela fazendo parte integrante.-----

--- **NOMEAÇÃO DO CONSELHO DA MEDALHA MUNICIPAL** -----

--- Pelo **Gabinete de Apoio ao Presidente** foi presente a informação número setenta e seis, de dezassete de fevereiro, que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que:-----

--- **Um.** No dia trinta de agosto de dois mil e dez foi aprovado em reunião de executivo, o regulamento de Condecorações do Município de Santarém, submetido e aprovado na Assembleia Municipal de dezembro de dois mil e dez.-----

--- **Dois.** Este Regulamento Municipal de Condecorações do Município de Santarém pretende prestar o devido reconhecimento e homenagem às pessoas ou instituições que resumam as particulares qualidades e virtudes humanas e/ou cívicas, pelas quais devem ser especialmente referidos ao respeito e à consideração pública do nosso concelho. -----

--- **Três.** Torna-se necessário proceder à nomeação do Conselho da Medalha Municipal, conforme assim determina o artigo vinte e dois do presente regulamento, sobre a sua constituição “*É criado o Conselho da Medalha Municipal, órgão consultivo da Câmara para a atribuição das medalhas previstas no presente Regulamento.*” -----

--- **Quatro.** O Conselho da Medalha é nomeado pela Câmara Municipal, mediante proposta do senhor presidente e terá de obedecer à composição, estipulada conforme o artigo vinte e três: -----

ATA N.º 4  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 23 de fevereiro de 2015

--- *“Artigo vinte e três - Composição-----*

--- *Um — Integram o Conselho da Medalha Municipal: -----*

--- *a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador, que presidirá;-----*

--- *b) Presidente da Assembleia Municipal ou um membro designado por aquele Órgão deliberativo; -----*

--- *c) Três cidadãos agraciados com condecorações Municipais.-----*

--- *Dois — O Conselho da Medalha Municipal é nomeado pela Câmara Municipal, mediante proposta do Presidente da Câmara.” -----*

--- **Cinco.** Os membros que compõem o Conselho da Medalha Municipal, desempenham a sua função pelo período correspondente ao mandato desse órgão executivo, conforme o artigo vinte e cinco. -----

--- *“Artigo vinte e cinco – Duração -----*

--- *Um – Os membros que compõem o Conselho da Medalha Municipal, após nomeação pela Câmara Municipal, desempenham a sua função pelo período correspondente ao mandato desse órgão executivo. -----*

--- *Dois – No decurso do período referido no número anterior, a substituição dos membros do Conselho da Medalha Municipal far-se-á da seguinte forma: -----*

--- *a) Com a cessação dos respetivos mandatos autárquicos, no que concerne aos elementos nas alíneas a) e b) do número um do artigo vinte e três do presente Regulamento; -----*

--- *b) A pedido dos próprios ou por falecimento, quanto aos elementos referidos na alínea c) do número um do artigo vinte e três do presente Regulamento; -----*

--- *c) Por iniciativa do Presidente da Câmara Municipal, mediante proposta a apresentar ao órgão executivo. -----*

--- *Três – A substituição dos membros do Conselho da Medalha Municipal, seguirá os trâmites referidos no número dois do artigo vinte e três do presente Regulamento.” -----*

--- Face ao exposto, e no âmbito do atual mandato autárquico dois mil e treze-dois mil e dezassete, sugere-se, mediante proposta do Exmo. Presidente da Câmara Municipal, que o executivo municipal delibere nomear o Conselho da Medalha Municipal, no qual

deverão integrar: -----  
--- a) Presidente da Câmara Municipal ou Vereador, que presidirá; -----  
--- b) Presidente da Assembleia Municipal ou um membro designado por aquele Órgão  
deliberativo;-----  
--- c) Três cidadãos agraciados com condecorações Municipais.” -----  
--- Sobre o assunto **senhor Presidente** apresentou a sua proposta número trinta e um,  
também de dezassete do corrente mês, do seguinte teor: -----  
--- “Na sequência do Regulamento de Condecorações do Município de Santarém e nos  
termos do artigo vinte e dois e do número um do artigo vinte e cinco do presente  
regulamento, proponho ao Executivo Municipal, a nomeação das seguintes  
personalidades e representantes de instituições, para integrem o Conselho da Medalha  
Municipal (conforme os pressupostos do número um e dois do artigo vinte e três): -----  
--- • Ricardo Gonçalves Ribeiro Gonçalves, Presidente da Câmara Municipal de  
Santarém, nos termos da alínea a) do número um do artigo vinte e três;-----  
--- • António Pinto Correia, Presidente da Assembleia Municipal de Santarém, nos  
termos da alínea b) do número um do artigo vinte e três; -----  
--- • Diocese de Santarém, representada pelo Reverendíssimo Padre Joaquim Ganhão,  
nos termos da alínea c) do número um do artigo vinte e três; -----  
--- • Grupo Académico de danças Ribatejanas de Santarém, representado pelo seu  
Diretor Ludgero António de Jesus Mendes, nos termos da alínea c) do número um do  
artigo vinte e três; -----  
--- • Dr. Pedro Manuel Guedes Passos Canavarro, nos termos da alínea c) do número um  
do artigo vinte e três.” -----  
--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do senhor Vereador da Coligação  
Democrática Unitária e com votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores do  
Partido Social Democrata e do Partido Socialista, nomear, para integrar o Conselho da  
Medalha Municipal as seguintes personalidades e entidades: -----  
--- Presidente da Câmara Municipal de Santarém, Ricardo Gonçalves Ribeiro  
Gonçalves; -----

--- Presidente da Assembleia Municipal de Santarém, António Pinto Correia;-----  
--- Diocese de Santarém, representada por Reverendíssimo Padre Joaquim Ganhão; ----  
--- Grupo Académico de Danças Ribatejanas de Santarém, representado pelo seu Diretor Ludgero António de Jesus Mendes; -----  
--- Dr. Pedro Manuel Guedes Passos Canavarro. -----

--- O senhor Vereador Ricardo Segurado não participou na apreciação e votação do presente assunto devido ao facto de familiares diretos ocuparem cargos nos órgãos sociais do Grupo Académico. -----

--- **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL TRÊS ALDEIAS - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA REFERENTE A REALIZAÇÃO DE UM PASSEIO TODO-O-TERRENO**-----

--- Pela **Secção de Receitas** foi presente a informação número onze, de vinte e seis do mês findo, que a seguir se transcreve:-----

--- “Relativamente ao pedido formulado pela Associação Recreativa e Cultural Três Aldeias (ARCTA) para a realização de um passeio Todo-o-Terreno (Moto quatro/Moto), com início pelas nove horas, nas Comeiras de Baixo e término pelas catorze horas no mesmo local, para o dia oito de fevereiro de dois mil e quinze, informo que este serviço não tem conhecimento de qualquer pedido de emissão de alvará desportivo, para aquele dia e percurso solicitado.-----

--- Nesta conformidade, coloca-se o assunto à consideração superior, sugerindo o envio do processo ao DTGT – Departamento Técnico e Gestão Territorial (DOP-Sector de trânsito) no sentido de ser emitido parecer técnico. -----

--- Em relação ao pedido de isenção do pagamento de taxa de licenciamento da prova, (trinta e dois euros e quarenta e cinco cêntimos), que foi formulado, informo que se trata de uma associação cultural e recreativa, cujos estatutos se anexam e tendo em conta a publicação da Lei cinquenta e três-E/dois mil e seis de vinte e nove de dezembro e a recente publicação do Regulamento e Tabela de Taxas em vigor, neste Município, a isenção ou redução em cinquenta por cento está prevista no artigo vinte e um conjugado com o artigo vinte e um A do capítulo IV do Regulamento e Tabela Geral de Taxas do

Município e a pedido da entidade interessada, sugere-se que eventualmente a senhora Vereadora autorize a isenção da respetiva taxa, devendo posteriormente ser o mesmo levado a conhecimento do senhor Presidente com proposta de agendamento para ratificação em reunião do Executivo Municipal, nos termos da alínea u) do número um do artigo trinta e três do anexo I à Lei setenta e cinco/dois mil e treze de doze de setembro.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar a Associação Recreativa e Cultural Três Aldeias do pagamento da taxa referente a realização de um passeio Todo-o-Terreno no dia oito de fevereiro. -----

--- **PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA HABITAÇÃO MUNICIPAL SITA NO BAIRRO CALOUSTE GULBENKIAN, NÚMERO CINCO, PRIMEIRO ESQUERDO EM ALFANGE**-----

--- Pela **Divisão de Ação Social e Saúde** foi presente a informação número sessenta e quatro, de dez do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Sónia Patrícia da Silva Ferreira inscreveu-se em dezanove de junho de dois mil e doze, no ficheiro de procura de habitação social com o número quarenta e três/dois mil e doze, com a morada na Rua da Igreja São João Evangelista número dezassete em Alfange. Sendo uma habitação arrendada em mercado privado pagava o valor de duzentos e vinte euros mensais. -----

--- Atualmente é um agregado familiar monoparental constituído por ela própria com vinte e nove anos de idade, dois filhos menores, Afonso Madeira de seis anos de idade e Inês Madeira com vinte e três meses de idade, e por dificuldades de diversa ordem foi recentemente acolhida na casa de seus pais, também residentes em Alfange, colocando toda a família em sobrelotação habitacional. -----

--- Apesar das diversas dificuldades, também devido ao falecimento do companheiro em dois mil e catorze, continua a ser ajudada pela rede familiar e amigos. -----

--- Tem sido acompanhada pela equipa de Rendimento Social de Inserção, do Centro Social Interparoquial de Santarém, que reforçou as alegações que tem sido apresentadas pela munícipe desde o momento do pedido de habitação municipal. Encontra-se a

ATA N.º 4  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 23 de fevereiro de 2015

desempenhar funções como empregada auxiliar no Centro Social Interparoquial de Santarém, com a remuneração mensal de quatrocentos e dezanove euros e vinte e dois cêntimos, conforme documentos em anexo.-----

--- Refere não possuir meios financeiros para sustentar o pagamento de renda em mercado privado e ser a habitação municipal a única alternativa adequada à sua capacidade económica. -----

--- Embora a munícipe se tivesse proposto a efetuar os arranjos necessários à reparação da habitação devoluta no Bairro Calouste Gulbenkian, um – lote G – primeiro direito, com ajuda de amigos e familiares, e que deu origem à informação número duzentos e setenta e três/dois mil e catorze de outubro, pelas informações técnicas de avaliação das condições de utilização do espaço, não é exequível a aceitação da proposta apresentada, devido aos aspetos técnicos que envolvem as reparações que são necessárias levar a cabo. -----

--- Por ter sido apresentado pedido de rescisão de contrato de arrendamento da arrendatária Tânia Margarida da Silva Rios Vasques, com a entrega da habitação sita no Bairro Calouste Gulbenkian número cinco, lote I primeiro esquerdo – Alfange até dia vinte e três de fevereiro de dois mil e quinze, considero que a habitação reúne todas as condições de habitabilidade, e que poderá ser a alternativa adequada ao pedido de habitação municipal de Sónia Ferreira. -----

--- Propõe-se assim superiormente, que seja atribuída a Sónia Patrícia da Silva Ferreira, a habitação municipal sita no Bairro Calouste Gulbenkian número cinco, primeiro esquerdo em Alfange, cujo cálculo da renda apoiada, será no valor de doze euros e noventa e dois cêntimos, por mês, nos termos do Decreto-lei número cento e sessenta e seis/noventa e três de sete de maio, de acordo com os rendimentos do agregado familiar, apresentados e anexos ao processo.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir a habitação municipal sita no Bairro Calouste Gulbenkian, número cinco, primeiro esquerdo, em Alfange, a Sónia Patrícia da Silva Ferreira, fixando o valor da renda mensal em doze euros e noventa e dois cêntimos.

--- **REQUALIFICAÇÃO DE INTERSECCÃO VIÁRIA - ENTRONCAMENTO**



**ENTRE A RUA CIDADE D'AGEN E A RUA FLORENTINO PEREIRA MOTA--**

--- Pela **Divisão de Obras e Projetos** foi presente o Parecer Técnico, que a seguir se transcreve:-----

--- “O senhor Paulo Pragosa apresenta sugestão de reformulação da interseção entre a rua Cidade d`Agen e a rua Florentino Pereira Mota, na tentativa de contribuir para a melhoria da rede viária. -----

--- Concordando com a sugestão, e no seguimento do estipulado superiormente, para desenvolver proposta para o local, efetuou-se estudo, tendo em consideração as normas de segurança estabelecidas pelo Código da Estrada, relativamente ao contorno de placas situadas ao eixo da via (artigo dezasseis, da Lei número setenta e dois/dois mil e treze, de três de setembro).-----

--- Em virtude do que foi mencionado, efetuou-se projeto de requalificação de interseção viária, compreendendo a reformulação da geometria da placa existente, implementação de sinalização vertical de trânsito e pintura de marcas rodoviárias, visando uma melhoria significativa da segurança rodoviária local. -----

--- Os trabalhos de construção/remoção a realizar, cuja descrição pormenorizada se encontra em anexo, deverão ser efetuados por administração direta – Divisão de Espaços Públicos e Ambiente. -----

--- Em face do exposto, propomos que seja aprovado pelo Executivo Municipal, o projeto de execução: Requalificação de Intersecção Viária – entroncamento entre a rua Cidade d`Agen e a rua Florentino Pereira Mota, Jardim de Baixo, Santarém, o qual compreende a realização de trabalhos de construção civil a serem realizados por administração direta, contemplando a implementação de sinalização vertical e horizontal de código da estrada.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução de Requalificação de Intersecção Viária - entroncamento entre a Rua Cidade D`Agen e a Rua Florentino Pereira Mota, Jardim de Baixo, Santarém, o qual compreende a realização de trabalhos de construção civil a serem realizados por administração direta, contemplando a implementação de sinalização vertical e horizontal de código da estrada.

--- **RETIFICAÇÃO DE SINALIZAÇÃO RODOVIÁRIA NA RUA LARGO DE SANTA MARTA E RUA MANUEL FERREIRA JÚNIOR – GANÇARIA** -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a retificação de sinalização rodoviária na Rua Largo de Santa Marta e Rua Manuel Ferreira Júnior, na freguesia de Gançaria, conforme indicado em planta que aqui se dá por reproduzida, ficando anexa à presente ata (documento III), dela fazendo parte integrante. -----

--- **EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DO SACAPEITO" - ERROS E OMISSÕES REFERENTES AOS TRABALHOS DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, VÃOS EXTERIORES E SEPARADOR DE GORDURAS**-----

--- Pela **Divisão Jurídica – Contratação Pública** foi presente a informação número quarenta e cinco, de dezassete do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que:-----

--- Um - A empreitada para Construção do Centro Escolar do Sacapeito foi adjudicada na sequência de procedimento pré contratual ao abrigo do Código dos Contratos Públicos (CCP); -----

--- Dois - A empreitada referida está a ser executada pela empresa Construções Pragosa, S.A.;-----

--- Três – Foi celebrado com o respetivo adjudicatário, no dia dezoito de dezembro de dois mil e catorze, contrato de execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões referentes aos trabalhos de Integração Paisagística e de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais;-----

--- Quatro – Aguarda celebração, contrato de execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões referentes aos trabalhos de carpintarias, guardas metálicas e corrimãos – no âmbito da empreitada supracitada.-----

--- De acordo com a informação número vinte e um/Divisão de Obras e Projetos/dois mil e quinze, de dois de fevereiro: -----

--- a) O Adjudicatário da empreitada de construção do Centro Escolar do Sacapeito reclamou a existência de discrepâncias entre o definido nos projetos de instalações

- elétricas, arquitetura e drenagem de águas residuais e a realidade; -----
- b) Com vista ao cumprimento do estipulado no projeto de Instalações Elétricas, o Adjudicatário reclamou a necessidade de instalação de um anel de terra, cujo cabo, em cobre, não se encontra contabilizado no mapa de trabalhos; -----
- c) Foi solicitado à entidade projetista - Inplenitus, a análise das reclamações apresentadas e a realização das correções necessárias às peças de projeto, assim como a definição das especificações dos equipamentos a instalar, compatibilizando assim o que estava inicialmente definido em projeto, com a realidade; -----
- d) Após análise da entidade projetista - Inplenitus, foi dada provisão pela Divisão de Obras e Projetos, ao reclamado pelo Adjudicatário da empreitada, no âmbito de suprimento de erros e omissões, tendo em conta: -----
- i. Que as correções descritas visam suprir erros e omissões do caderno de encargos, respeitantes a espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato – sendo a responsabilidade pelos trabalhos deste suprimento, do Dono da Obra, uma vez que resultam de elementos por si disponibilizados ao empreiteiro (número um do artigo trezentos e setenta e oito do Código dos Contratos Públicos); -----
- ii. Que na fase de concurso, o empreiteiro não apresentando reclamação sobre erros e omissões relativos à rede de terras (situação anteriormente mencionada na alínea b), a sua responsabilidade corresponde a metade do preço dos trabalhos de suprimento dos erros e omissões executados (número cinco do artigo trezentos e setenta e oito do Código dos Contratos Públicos); -----
- iii. Que as correções acima descritas e apresentado mapa de trabalhos para suprimento de erros e omissões, com as respetivas quantidades e valores unitários, perfazem um total de catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos (acrescidos de IVA à taxa legal em vigor), correspondendo estes a um valor de zero vírgula sessenta e dois por cento do valor contratual (dois milhões quinhentos e cinquenta e sete mil novecentos e noventa euros); -----
- iv. Que o somatório dos trabalhos de suprimento de erros e omissões anteriores (no

**ATA N.º 4**  
**Mandato 2013-2017**  
**Reunião de 23 de fevereiro de 2015**

valor de cento e dez mil duzentos e trinta e nove euros e noventa e três cêntimos) com os atuais (no valor de catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos), perfazem um total de cento e vinte e quatro mil setecentos e noventa e quatro euros e sessenta e oito cêntimos, o que corresponde a uma percentagem de quatro vírgula noventa e dois, enquadrável no definido no ponto três do artigo trezentos e setenta e seis do Código dos Contratos Públicos. -----

--- O encargo total resultante deste contrato, para efeitos do disposto na alínea d) do ponto dois.três.quatro.dois. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), foi objeto, em dez de fevereiro de dois mil e quinze, de prévia cabimentação no orçamento do Município de Santarém na rubrica económica 07010305 (Escolas) afeta à unidade orgânica 0102 (Câmara Municipal) e está prevista no ponto 2.11.2007/21.Acc: seis, Sub-Ação: um das Grandes Opções do Plano, com o seguinte número de cabimento dez mil setecentos e sessenta e quatro. -----

--- Assim, em face do supra exposto, sugere-se a Vossa Exa. que proponha o agendamento da presente matéria em reunião do Executivo Municipal no sentido de autorizar o seguinte: -----

--- Um) Nos termos previstos na informação número vinte e um/Divisão de Obras e Projetos/dois mil e quinze, de dois de fevereiro: -----

--- a) Os encargos no montante de catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos, acrescidos de IVA, correspondendo ao valor dos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja responsabilidade é do Dono da Obra e metade do valor dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, cuja responsabilidade é do Adjudicatário;-----

--- b) A aprovação do aditamento ao projeto de Instalações Elétricas (em anexo à informação número vinte e um/Divisão de Obras e Projetos, de dois de fevereiro de dois mil e quinze) e das correções dos Projetos de Arquitetura e Drenagem de Águas Residuais, no que refere à aplicação de estrutura complementar nos vãos exteriores e instalação de separador de gorduras, respetivamente; -----

--- Dois) Minuta do contrato a celebrar entre o dono da obra e o empreiteiro, onde estão

definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões; -----

--- Três) O envio da minuta do contrato referido na alínea anterior, para que no prazo de cinco dias, o empreiteiro se pronuncie sobre a mesma, nos termos do artigo cento e um do Código dos Contratos Públicos. -----

--- Mais se informa que o presente contrato consubstancia uma modificação objetiva do contrato pelo que, deve ser publicitada no portal da Internet dedicado aos contratos públicos.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores Vereadores do Partido Socialista e com votos favoráveis dos senhores Presidente e Vereadores do Partido Social Democrata e da Coligação Democrática Unitária, assumir os encargos dos trabalhos de suprimento de erros e omissões cuja responsabilidade é do dono da obra e metade do valor dos trabalhos de suprimentos de erros e omissões, cuja responsabilidade é do adjudicatário, no montante de catorze mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e setenta e cinco cêntimos acrescido de IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado.-----

--- Mais foi deliberado aprovar o aditamento ao projeto de instalações elétricas e das correções dos projetos de arquitetura e drenagem de águas residuais, no que se refere à aplicação de estrutura complementar nos vãos exteriores e instalação de separador de gorduras, respetivamente. -----

--- Foi ainda deliberado aprovar a minuta do contrato a celebrar entre o dono da obra e o empreiteiro, onde estão definidos todos os termos e condições a que deve obedecer a execução dos trabalhos de suprimento de erros e omissões na empreitada de "Construção do Centro Escolar do Sacapeito. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente ata a fim de produzir efeitos imediatos. -----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o Executivo Municipal, sob proposta do senhor Presidente, marcou as próximas reuniões ordinárias para os dias nove e vinte e três de março e para os dias seis e vinte de abril, com início às quinze horas e o **senhor Presidente** de acordo com a competência que lhe é conferida

ATA N.º 4  
Mandato 2013-2017  
Reunião de 23 de fevereiro de 2015

pelos números um e dois do artigo quarenta e nove, do Anexo I da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**” em que se verificaram as seguintes intervenções:-----

--- Na sequência de intervenção anterior a munícipe Sandra Heitor voltou a descrever a sua situação económico-social solicitando a atribuição de habitação municipal. -----

--- O senhor Mário solicitou a palavra para reportar a situação ocorrida no cemitério municipal, aquando do falecimento da sua mãe. Manifestou a sua indignação pelo facto de, tendo a morte sido comunicada aos serviços do cemitério cerca das dezasseis horas de quarta-feira o funeral apenas ter ocorrido na sexta-feira o que considera muito desgastante para os familiares, referindo ainda que o atendimento na secretaria daquele serviço foi feito de forma pouco simpática. Expressiu também o seu descontentamento pelo facto de os acompanhantes dos velórios estarem sujeitos à colocação de moedas no parquímetro junto às Portas do Sol.-----

--- O senhor Vereador **Luís Farinha**, lamentando o falecimento da mãe do senhor Mário e o constrangimento pelo que teve que passar, esclareceu que na quinta-feira já estavam marcados quatro outros funerais e três exumações o que tornava inviável, com os meios de que o serviço dispõe, dar resposta a mais um funeral, acrescendo ainda o facto de se tratar de um coval perpétuo em que os procedimentos a efetuar são mais complexos.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente, foi declarada encerrada a reunião eram dezassete horas, lavrando-se a presente ata que vai ser assinada.-----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Coordenadora Técnica  
a redigi e subscrevi. -----

--- **O PRESIDENTE** -----

--- Ricardo Gonçalves \_\_\_\_\_

--- **OS VEREADORES** -----

**ATA N.º 4**  
**Mandato 2013-2017**  
**Reunião de 23 de fevereiro de 2015**

244

--- Idália Serrão \_\_\_\_\_

--- Susana Pita Soares \_\_\_\_\_

--- António Carmo \_\_\_\_\_

--- Luís Farinha \_\_\_\_\_

--- Ricardo Segurado \_\_\_\_\_

--- Francisco Madeira Lopes \_\_\_\_\_

--- Inês Barroso \_\_\_\_\_

--- Otília Torres \_\_\_\_\_